

“Trauma do abuso” foi excessivo

por Eliano Simonetti
de Brasília

Nacionalista e politicamente liberal. Assim definiu, ontem, para este jornal, o procurador geral da República José Paulo Sepúlveda Pertence, o trabalho feito pela Comissão de Estudos Constituintes. Para Pertence, o projeto da Comissão em muitos pontos “traí uma preocupação excessiva em relação ao passado recente”, como por exemplo na extinção do decreto-lei. Segundo ele, o decreto-lei, na excepcionalidade e com mecanismos de controle, é necessário e, no entanto, “foi retirado pelo trauma do abuso”. O procurador entende que o decreto-lei poderia ter sido mantido, desde que houvesse uma inversão de sua forma atual, ou seja, “a rejeição do decreto-lei pelo Congresso implicaria a nulidade dos atos praticados”.

O ministro Paulo Brossard disse ontem que o projeto de Constituição “tem relação direta com a Carta de 1946, a mais liberal que o Brasil já teve, porque o Brasil não mudou”. Ele explicou que a Constituição é composta de um fundo permanente do nosso direito, que é a nossa identidade, e de um dado acrescido em função dos novos tempos.